

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL  
VISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 9 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

---



----- Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, pelas quinze horas, na cidade de Tondela, na sede da CIM, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicados, os seguintes membros:-----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.597	Presidente	Joaquim Marques Bonifácio
Carregal do Sal	10.099	Presidente	Rogério Mota Abrantes
Castro Daire	16.514	Presidente	José Fernando Carneiro Pereira
Mangualde	20.330	Vice-Presidente	Joaquim Manuel Patrício Ferreira
Nelas	13.861	Presidente	José Manuel Borges da Silva
Oliveira de Frades	9.415	Presidente	Luís Manuel Martins de Vasconcelos
Penalva do Castelo	8.819	Presidente	Francisco Lopes de Carvalho
Santa Comba Dão	11.563	Presidente	Leonel José Antunes Gouveia
São Pedro do Sul	17.274	Presidente	Vítor Manuel de Almeida Figueiredo
Sátão	13.992	Presidente	Alexandre Manuel Mendonça Vaz
Tondela	29.213	Presidente	José António Gomes de Jesus
Vila Nova de Paiva	6.892	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	95.853	Vice-Presidente	Joaquim Ferreira Seixas
Vouzela	10.171	Presidente	Rui Miguel Ladeira Pereira

----- A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte:-----

- 1 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 6/03/2014;---
- 2 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 26/03/2014; -
- 3 - Ponto de situação da Estratégia Territorial de Desenvolvimento “Viseu Dão Lafões 2020”, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 4 - Análise e discussão do relatório final apresentado pelo grupo de trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 5 - Análise, discussão e aprovação do relatório final de análise de propostas apresentadas ao procedimento concursal, para a aquisição de serviços para a elaboração da “Estruturação e Organização do Produto Ecopista do Dão”, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

----6 - Análise, discussão e aprovação do relatório final de análise de propostas apresentadas ao procedimento concursal, para a aquisição de serviço para a realização e produção do evento de eno-gastronomia “Prove Viseu Dão Lafões”, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

----7 - Análise, discussão e aprovação do relatório final da análise de propostas apresentadas ao procedimento concursal, para a Aquisição de Serviços para implementação do projeto de formação ação “096425/2013/34 - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local” integrado na tipologia de intervenção 3.4, no âmbito do POPH - Programa Operacional do Potencial Humano, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

----8 - Análise, discussão e aprovação da proposta de divulgação da Marca Viseu Dão Lafões, no âmbito do projeto “Criar e Promover a Marca Viseu Dão Lafões”, integrado na Rede Urbana para a Competitividade e Inovação Viseu Dão Lafões, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

----9 - Análise, discussão e aprovação da proposta de minuta de contrato relativo ao procedimento concursal, para a aquisição de Equipamentos de proteção individual, de acordo com a Informação de Serviço nº 83/2014, de 27 de março, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

----10 - Listagem das aquisições de serviço aprovadas, pelo Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, no decurso do mês de março, ao abrigo do Parecer Prévio Genérico Favorável, aprovado pelo Conselho Intermunicipal na sua reunião de 21 de janeiro de 2014;-----

---- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver “quórum” para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião.-----

---- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, abriu o período de antes da ordem do dia informando os presentes que tinha solicitado a presença na reunião do Conselho do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. --

---- O Senhor Presidente do Conselho, Dr. José Morgado, propôs a retirada do ponto 7 da ordem de trabalhos, em face de os serviços ainda estarem a aguardar um parecer jurídico sobre o assunto em apreço. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a mesma.-----

---- Assim, a Ordem de Trabalhos passou a ser a seguinte: -----

- 1 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 6/03/2014;---
- 2 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 26/03/2014; -
- 3 - Ponto de situação da Estratégia Territorial de Desenvolvimento "Viseu Dão Lafões 2020", nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 4 - Análise e discussão do relatório final apresentado pelo grupo de trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 5 - Análise, discussão e aprovação do relatório final de análise de propostas apresentadas ao procedimento concursal, para a aquisição de serviços para a elaboração da "Estruturação e Organização do Produto Ecológico do Dão", nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 6 - Análise, discussão e aprovação do relatório final de análise de propostas apresentadas ao procedimento concursal, para a aquisição de serviço para a realização e produção do evento de eno-gastronomia "Prove Viseu Dão Lafões", nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 7 - Análise, discussão e aprovação da proposta de divulgação da Marca Viseu Dão Lafões, no âmbito do projeto "Criar e Promover a Marca Viseu Dão Lafões", integrado na Rede Urbana para a Competitividade e Inovação Viseu Dão Lafões, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 8 - Análise, discussão e aprovação da proposta de minuta de contrato relativo ao procedimento concursal, para a aquisição de Equipamentos de proteção individual, de acordo com a Informação de Serviço nº 83/2014, de 27 de março, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 9 - Listagem das aquisições de serviço aprovadas, pelo Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, no decurso do mês de março, ao abrigo do Parecer Prévio Genérico Favorável, aprovado pelo Conselho Intermunicipal na sua reunião de 21 de janeiro de 2014;-----

----Continuou dando conhecimento da realização pela CIM de um colóquio para professores no âmbito do projeto de empreendedorismo e da adesão que o mesmo tinha tido.-----

----O Senhor Presidente do Conselho, Dr. José Morgado, continuou a sua intervenção propondo ao Conselho Intermunicipal a data de 6 de maio para a realização da cerimónia de instalação do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e que a mesma tivesse lugar no Solar do Vinho do Dão.-----

----Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a mesma.-----

----O Senhor Presidente do Conselho, Dr. José Morgado, propôs, ainda, a realização de uma reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal, para aprovação das contas relativas ao exercício económico de 2013, para as 15 horas do dia 17 de abril, na sede da CIM Viseu Dão Lafões.-----

----Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a mesma.-----

----O Senhor Presidente do Conselho, Dr. José Morgado, propôs, também, que a próxima reunião ordinária tivesse lugar no Solar do Vinho do Dão, dia 6 de maio, pelas 15 horas.-----

----Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a mesma.-----

----Continuou o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, dando conhecimento da carta remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Almeida Henriques, no seguimento da aprovação da proposta de Lei que aprovou o novo regime jurídico das Assembleias Distritais.-----

----No seguimento de diversas intervenções o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, propôs que a análise da proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu fosse agendada para a próxima reunião ordinária do Conselho Intermunicipal.-----

--- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a mesma.-----

---- Antes de passar a palavra aos restantes membros do Conselho solicitou ao Dr. Nuno Martinho, Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, que transmitisse um conjunto de informações relativas a diversos projetos que se encontram em curso.-----

---- O Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, começou por informar o Conselho Intermunicipal que se realizou no passado dia 28 de março uma reunião com os técnicos de SIG no âmbito do projeto de Modernização Administrativa.-----

---- Continuou informando que se iria realizar no dia 4 de abril uma reunião com técnicos dos municípios e os Senhores Vereadores com o pelouro da formação, no âmbito do projeto de formação que se encontra em curso e do projeto de formação ação, de forma a que fosse planeado o modelo de intervenção neste último.-----

---- Já quanto ao projeto de formação que se encontra em curso o objetivo era reforçar o planeamento do mesmo e harmonizar a sua intervenção com o projeto de modernização administrativa "1 modelo 14 municípios".-----

---- Deu a conhecer ao Conselho Intermunicipal que se iria realizar no dia 7 de abril uma ação de capacitação, no âmbito da rede de empreendedorismo para os diversos técnicos da rede e que a mesma teria lugar nas instalações da AIRV e que seria ministrada pela empresa AUDAX.-----

---- Informou ainda o Conselho que no dia 8 de abril se iria realizar uma reunião com os interlocutores municipais e respetivos Vereadores de forma a preparar todas as ações que se iriam realizar no mês de maio do corrente ano, no âmbito do projeto "Escolas Empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões".-----

---- Continuou informando os presentes que, no seguimento da aprovação do projeto "A Viagem do Elefante" estava prevista a realização de uma reunião de trabalho com os Senhores Vereadores com o pelouro da cultura, para o dia 14 de abril, com o intuito de se calendarizar e programar as atuações em cada um dos municípios.-----

---- Por último informou os presentes da realização de uma reunião de trabalho, para o próximo dia 19 de abril entre a CIM, o Prof. Doutor Rosa Pires e os municípios com estâncias termais, no âmbito da preparação estratégica da região Viseu Dão Lafões para o próximo quadro comunitário de apoio.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Mangualde, Eng. Joaquim Patrício, que alertou o Conselho Intermunicipal para a necessidade de ações como a do colóquio de empreendedorismo, que o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal referiu, e que teve oportunidade de verificar pessoalmente, deveriam ser publicitadas de forma mais ampla e em termos nacionais.-----

---- Continuou afirmando que não se deveria restringir o conhecimento destas ações, e a qualidade do trabalho desenvolvido pela CIM, aos envolvidos, até porque a CIM é uma referência na Região Centro.-----

---- Concluiu apelando ao reforço da componente comunicacional de forma a reforçar a notoriedade da marca CIM Viseu Dão Lafões.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que solicitou que os serviços da CIM realizassem uma reunião com os técnicos de educação dos 14 municípios para avaliarem o potencial de um software para a área da educação e eventual aquisição conjunta do mesmo, tendo ainda realçado que, a exemplo de outras ações já realizadas pela CIM, esta também poderá originar ganhos de escala para os municípios.-----

---- O Senhor Presidente do Conselho deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

---- Período da Ordem do Dia.-----

---- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos**, o senhor Presidente colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião ordinária do Conselho Intermunicipal do dia 06/03/2014.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a mesma.-----

---- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos**, o senhor Presidente colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal do dia 26/03/2014.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a mesma.-----

----- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos**, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, fez o ponto de situação relativamente à Estratégia Territorial de Desenvolvimento "Viseu Dão Lafões 2020". -----

----- Continuou informando que em face do desenvolvimento e do calendário apresentado pela CCDR estava agendada uma reunião entre o Secretário Executivo, os técnicos da CCDR e o Dr. Paulo Queirós e a sua equipa para o próximo dia 15 de abril, em Coimbra. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de São Pedro do Sul, Senhor Vítor Figueiredo, que informou o Conselho que era vontade do seu município ver o projeto da Ecopista do Vouga integrado nesta visão estratégica. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, Dr. José António de Jesus, que alertou para a necessidade de se verificar se a RIS 3 está bem integrada na estratégia e que urgia consolidar e definir corretamente os recursos locais a integrar. -----

----- Continuou afirmando que, naquele momento, ainda não era claro o que seria a região daqui a 10 anos e que urgia concluir esse desígnio. -----

----- Em face da ausência de mais pedido de intervenção o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal deu o ponto por encerrado. -----

----- Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos**, o Senhor Presidente do Conselho começou por informar os presente que na reunião do Conselho Regional foi claramente apresentada a estratégia do governo para a ferrovia e para a rodovia, entre outras. -----

----- Continuou afirmando que como era do conhecimento de todos os presentes os fundos comunitários não tinham dinheiro para a problemática da rodovia e que mesmo para a questão da ferrovia a resposta era um talvez. -----

----- Assim, tendo em consideração estes elementos colocou o presente ponto da ordem de trabalhos à discussão. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara de Tondela, Dr. José António de Jesus, que começou por afirmar que as infraestruturas de elevado valor acrescentado não terão que ser obrigatoriamente financiadas por fundos comunitários e que relativamente à problemática da rodovia, a existir, apenas duas das rodovias identificadas, o Túnel do Marão e o troço Viseu-Coimbra, poderão vir a ser apoiadas por fundos comunitários. -----

----- Continuou afirmando que relativamente às rodovias enquadráveis no denominado "last mile", estas poderão ou não ser financiáveis, contudo não se poderiam ignorar as

afirmações produzidas no dia de ontem, 2 de abril, pelo Comissário Europeu que dizia não haver dinheiro para estes investimentos.-----

---- Concluiu a sua intervenção chamando a atenção para a importância de se associarem as infraestruturas ao estímulo económico, não esquecendo, inclusive, uma visão europeia dos mesmos.-----

---- Nesse sentido alertou os presentes para o seguinte:-----

---- Ferrovia - Não se poderia ignorar que se esta estiver integrada numa via transeuropeia terá um financiamento de 40%, ficando os restantes 60% dos custos para os privados, pelo que se justificava a seguinte pergunta:-----

---- Há investidores privados para tantas opções?-----

---- Terminou afirmando que a não tomada de posição, por parte da CIM, poderá significar falta de capacidade para a assunção de compromissos, pelo que devemos alicerçar a nossa posição em investimentos que reforcem a competitividade da região. -

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Sátão, Dr. Alexandre Vaz, que afirmou que a CIM tem que ter uma posição estratégica para o território, sendo que na sua opinião o documento não enuncia um peso financeiro tão elevado para os privados.-----

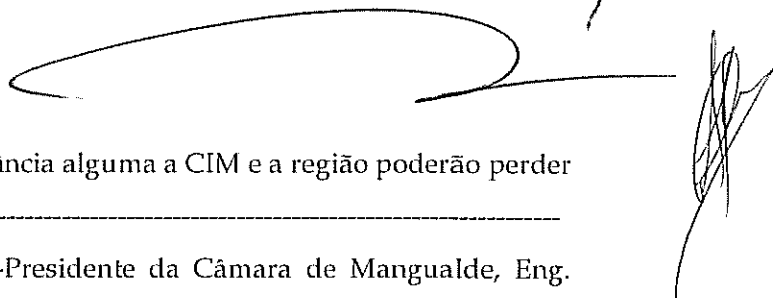
---- Concluiu afirmando a urgência numa tomada de posição política sobre este assunto. Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que começou por afirmar que os investimentos que integrem uma rede europeia poderão ser financiados diretamente a fundos europeus, não ficando presos ao CRER 2020.-----

---- Continuou afirmando que para o Município de Viseu, desde o primeiro dia, era importante uma agregação de vontades das diversas entidades que pretendem reforçar a importância da ferrovia e deste corredor, tanto mais que 60% das exportações nacionais são escoadas por este corredor.-----

---- A sua importância é inquestionável, pelo que há um grupo de trabalho que neste momento se encontra a procurar identificar soluções alternativas e que possam ser menos onerosas, para que o argumento financeiro não seja impeditivo da solução.-----

---- Como é óbvio há motivos para preocupação, pelo que se justifica, ainda mais, uma tomada de posição pública.-----

---- Continuou reiterando que a necessidade de uma tomada de posição pública é também um momento de afirmação, independentemente da dificuldade das questões. -



---- Concluiu afirmando que em circunstância alguma a CIM e a região poderão perder por falta de afirmação. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Mangualde, Eng. Joaquim Patrício, que começou por afirmar que o documento do IEVA quando apareceu começou por criar expectativas mas não podemos esquecer-nos de que ele apenas refere o que pode ser feito. -----

---- Continuou a sua intervenção afirmando que, neste momento o documento devemos preocupar, pelo que urgia uma tomada de posição pública, até porque já existiam diversas tomadas de posição públicas, nomeadamente sobre o eixo Aveiro - Vilar Formoso, colocando, desta forma, em causa a linha da Beira Alta. -----

---- Relativamente ao IP3, o Senhor Vice-Presidente afirmou que o seu município era contra a introdução de encargos para o utilizador, mesmo numa solução mista. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Nelas, Dr. Borges da Silva, que começou por afirmar que como território todos estariam de acordo quanto ao interesse dos investimentos mencionados, já quanto à visão política afirmou que a mesma não poderia ser reduzida à opção Aveiro - Viseu - Vilar Formoso, pelo que devemos deixar claro que a nossa preocupação é que a solução de futuro, em termos ferroviários, terá que passar no território, sendo que não cabia à CIM dizer qual é a opção em termos ferroviários e que se deveria reiterar a necessidade de uma ligação em perfil de autoestrada para a ligação entre Viseu e Coimbra. -----

---- Em função dos contributos de cada um dos presentes, foi proposto pelo senhor Presidente do Conselho Intermunicipal que seria remetida uma nota à imprensa, relativa a esta matéria, mas que previamente seria remetida a cada um dos Senhores Presidentes para validação. -----

---- A presente metodologia foi aprovada pela unanimidade dos presentes. -----

---- Em face da ausência de mais pedido de intervenção o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal deu o ponto por encerrado. -----

---- Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos**, o Senhor Presidente do Conselho solicitou ao Secretário Executivo que explicasse o teor do Relatório Final de análise de propostas. -----

---- O Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, esclareceu, de forma sucinta o teor do mesmo. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a mesma.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **sexto ponto da ordem de trabalhos**, o Senhor Presidente do Conselho voltou a solicitar ao Secretário Executivo que explicasse o teor do Relatório Final de análise de propostas.-----

---- O Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, esclareceu, de forma sucinta o teor do mesmo.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a mesma.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **sétimo ponto da ordem de trabalhos**, o Senhor Presidente do Conselho solicitou ao Dr. Nuno Martinho, Secretário Executivo, que apresentasse a proposta de divulgação da Marca Viseu Dão Lafões.-----

---- Foi dada a palavra ao Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que apoiado numa apresentação em powerpoint explanou, ao Conselho, a estratégia de promoção da Marca Viseu dão Lafões, tendo realçado que toda a estratégia apresentada está articulada com a Turismo Centro de Portugal, quer para o mercado interno, quer para o mercado interno alargado.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a mesma.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **oitavo ponto da ordem de trabalhos** o Senhor Presidente do Conselho apresentou a proposta de minuta de contrato a celebrar no âmbito do procedimento de aquisição de equipamento de proteção individual.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a mesma.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **nono ponto da ordem de trabalhos** o Senhor Presidente do Conselho apresentou a listagem das aquisições de serviço aprovadas, pelo Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, no decurso do mês de março, ao abrigo do Parecer Prévio Genérico Favorável, aprovado pelo Conselho Intermunicipal na sua reunião de 21 de janeiro de 2014.-----

----- O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento.-----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezassete horas, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por quem a redigiu.-----

*Jose Carlos Oliveira*  
*Jose Carlos Oliveira*

